



Participação e Efetividade do Direito na Sociedade Contemporânea

Douglas Santos Mezacasa
(Organizador)



Participação e Efetividade do Direito na Sociedade Contemporânea

Douglas Santos Mezacasa
(Organizador)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P273	<p>Participação e efetividade do direito na sociedade contemporânea 1 [recurso eletrônico] / Organizador Douglas Santos Mezacasa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-123-7 DOI 10.22533/at.ed.237201906</p> <p>1. Direito – Filosofia. 2. Sociedade. I. Mezacasa, Douglas Santos.</p> <p style="text-align: right;">CDD 340.1</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A sociedade contemporânea tem passado por diferentes transformações. E na medida em que cada nova mudança acontece, novas experiências se inauguram, novos espaços se criam, a sociedade se molda às novas realidades e o direito se inova para atender suas demandas. Pensar o direito a partir da evolução da sociedade contemporânea é uma tarefa sensível e extraordinária, afinal, uma sociedade eficaz se constitui por meio da relação semântica da norma, da observação da realidade social experimentada e dos valores e objetos (re)significados.

É pela busca da eficácia social que a Atena Editora publica dois volumes da coletânea intitulada “Participação e Efetividade do Direito na Sociedade Contemporânea”, coleção composta por trinta e dois capítulos que conecta pesquisadores especialistas, mestres e doutores de instituições localizadas de todas as áreas do Brasil, cujas discussões tematizam diversas áreas do saber.

Os volumes realizados em formato de e-book, trazem inovações nas pesquisas jurídicas e nas demais áreas do conhecimento. Temas diversos e interessantes são discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres, doutores e todos aqueles juristas que de alguma forma se interessam pela ciência jurídica e pela participação efetiva da sociedade nas pesquisas. Possuir um material acadêmico que reflita a evolução de diferentes áreas do direito e da coletividade, de forma temporal, com dados e resultados substanciais e concretos, torna-se muito relevante para o campo da pesquisa no Brasil.

A obra “Participação e Efetividade do Direito na Sociedade Contemporânea” apresenta fundamentações de resultados práticos obtidos pelos diversos professores, acadêmicos e pesquisadores que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quanto importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Douglas Santos Mezacasa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A (IN) ACESSIBILIDADE NAS OBRAS PÚBLICAS	
Isabella Araújo Rampani Kathryn Nogueira Dias	
DOI 10.22533/at.ed.2372019061	
CAPÍTULO 2	10
A (IN)EFICÁCIA DAS POLÍTICAS DE EQUIDADE DE GÊNERO FRENTE ÀS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO	
Camila Martinelli Sabongi Gabriela Christina Cordeiro Patrick de Araújo Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.2372019062	
CAPÍTULO 3	20
A ABORDAGEM DA SUBJETIVIDADE COMO POTENCIALIZADORA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Sebastião Dias de Carvalho Neto Nathália Martins Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2372019063	
CAPÍTULO 4	37
A FUNDAMENTALIDADE DO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO SOB O PRISMA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
Ana Paula Coelho Abreu dos Santos William Picolo Fibrans	
DOI 10.22533/at.ed.2372019064	
CAPÍTULO 5	50
A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS – DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA OU ABUSO?	
Ana Cristina Alves de Paula Maiara Motta	
DOI 10.22533/at.ed.2372019065	
CAPÍTULO 6	64
A MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES COMO DIREITO FUNDAMENTAL material	
Juliane Guiesmann de Lara William Soares Puliese	
DOI 10.22533/at.ed.2372019066	
CAPÍTULO 7	80
A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL DO ADICIONAL DE PENOSIDADE	
Ana Cristina Alves de Paula Renan Fernandes Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.2372019067	

CAPÍTULO 8	92
A POPULAÇÃO LGBTI+ E A PERSPECTIVA DO TRABALHO DECENTE NO BRASIL: OS DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL	
Juliane Caravieri Martins Taciana Cecília Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.2372019068	
CAPÍTULO 9	102
A REPRESENTAÇÃO POLÍTICO PARTIDÁRIA NO CONTEXTO DO PLURALISMO SOCIAL	
Rafaele Balbinotte Wincardt Orlando Moisés Fischer Pessuti	
DOI 10.22533/at.ed.2372019069	
CAPÍTULO 10	122
ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA: REFLEXÕES PERTINENTES À CESSAÇÃO DO ANALFABETISMO AMBIENTAL	
Liliane Milanezi Lopes Rodrigo Antunes Lopes Carla Bertoncini Jorge Sobral da Silva Maia	
DOI 10.22533/at.ed.23720190610	
CAPÍTULO 11	133
APAC'S: UMA ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA PARA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À RESSOCIALIZAÇÃO	
Renata Caroline Pereira De Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.23720190611	
CAPÍTULO 12	143
APONTAMENTOS SOBRE A RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS COLETIVOS	
Guilherme Maciulevicius Mungo Brasil	
DOI 10.22533/at.ed.23720190612	
CAPÍTULO 13	157
AS ESTRATÉGIAS DE EMPRESARIAMENTO URBANO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA: UMA ANÁLISE DA PPP DO SISTEMA METROVIÁRIO DE SALVADOR E LAURO DE FREITAS	
Alice Sampaio Ferreira Lucas Filipe Souza Coité	
DOI 10.22533/at.ed.23720190613	
CAPÍTULO 14	170
ATÉ QUE PONTO VAI O DANO MORAL DESENCADEADO PELA OFENSA À HONRA: ANÁLISE DO CASO FÁBIO ASSUNÇÃO	
Flávia Lorena Souza Silva	
DOI 10.22533/at.ed.23720190614	
CAPÍTULO 15	181
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ORIGENS DA FIGURA DO PRESIDENTE FORTE PRESENTE NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1891	
Adamo Dias Alves	
DOI 10.22533/at.ed.23720190615	

CAPÍTULO 16	201
CONSIDERAÇÕES SOBRE A DECISÃO JUDICIAL NO NOVO PARADIGMA CONSTITUCIONAL	
Marcelo Ioris Köche Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.23720190616	
SOBRE O ORGANIZADOR:	214
ÍNDICE REMISSIVO	215

A (IN)EFICÁCIA DAS POLÍTICAS DE EQUIDADE DE GÊNERO FRENTE ÀS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO

Data de aceite: 05/06/2020

Camila Martinelli Sabongi

Advogada e professora

Mestre e graduada em Direito pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Franca

Professora em Direito do Trabalho, Direito processual do Trabalho e Direito Previdenciário.

Gabriela Christina Cordeiro

Pós-Graduada em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto. E-mail: gabrielac.cordeiro@gmail.com.

Patrick de Araújo Fernandes

Pós-Graduando em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto
E-mail: patrickaraujobass@outlook.com.

RESUMO: A persecução pela consagrada equidade, disposta tanto nos primeiros parágrafos da Constituição Federal/88, quanto em seu artigo 5º, acarretou diversos estudos voltados principalmente para redução da desigualdade de gênero no Brasil. Esta pretensão igualitária atingiu, de igual maneira, os meios de produção e as relações trabalhistas. Segundo os movimentos predominantes de inclusão da mulher no mercado de trabalho, a

sociedade patriarcal, voltada durante décadas para a visão de que o trabalho fora de casa era uma função eminentemente masculina, supostamente afastou o gênero feminino do labor e, principalmente, de funções que reconhecessem a mulher como figura de importância no meio trabalhista, fazendo com que diversas políticas públicas e privadas fossem desenvolvidas para inserção da mulher no mercado de trabalho. Contudo, embora os estudos de gênero tenham ocasionado grandes avanços em torno desta inserção, o silêncio acerca das relações de gênero e raça no Brasil evidenciaram um entrave que esbarra noutra situação enraizada de igual maneira no País: o racismo estrutural. Assim, a partir de uma análise histórica, conclui-se que as mulheres negras já se encontravam reconhecidas como força laboral desde os períodos da escravidão e pós-emancipação, ainda que marginalmente, nas relações de trabalho. O objetivo deste artigo é demonstrar que a busca pela igualdade de gênero nas relações trabalhistas se pauta em questões que ocultam a história e o reconhecimento de mulheres negras no movimento de inclusão de gênero no mercado de trabalho. Por meio do estudo de método observacional, através de dados valorativos, busca-se demonstrar os impactos dos modelos

de inserção formal de mulheres no mercado de trabalho os quais não levaram em conta as relações entre gênero e raça no país, como passo primário para ultrapassar a barreira de desigualdade de gênero alcançando a equidade para todas as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: gênero. mercado de trabalho. mulheres negras.

THE (IN) EFFICIENCY OF GENDER EQUITY POLICIES AGAINST BLACK WOMEN IN THE LABOR MARKET

ABSTRACT: The pursuit of consecrated equity, set out in both the first paragraphs of the Federal Constitution / 88 and its article 5, has led to several studies aimed mainly at reducing gender inequality in Brazil. This egalitarian claim has equally affected the means of production and labor relations. According to the prevailing movements to include women in the labor market, patriarchal society, geared for decades to the view that work outside the home was an eminently male function, supposedly alienated women from work and especially from functions that recognizing women as an important figure in the labor environment, causing several public and private policies to be developed to insert women into the labor market. However, although gender studies have made great strides around this insertion, the silence about gender and race relations in Brazil has shown an obstacle that bumps into another similarly rooted situation in the country: structural racism. Thus, from a historical analysis, it is concluded that black women were already recognized as a labor force since the periods of slavery and post-emancipation, albeit marginally, in labor relations. The aim of this paper is to demonstrate that the pursuit of gender equality in labor relations is guided by issues that hide the history and recognition of black women in the gender mainstreaming movement. Through the study of observational method, through statistical data, we seek to demonstrate the impacts of models of formal insertion of women in the labor market which did not take into account the relations between gender and race in the country, as a primary step to overcome the barrier of gender inequality reaching equity for all women.

KEYWORDS: gender. Labor market. black women.

1 | INTRODUÇÃO

Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, quanto em seu artigo 5º, a busca pela equidade na sociedade brasileira tornou-se pauta essencial nas políticas públicas e privadas. A redução da desigualdade de gênero no Brasil adveio para engrandecer esta luta que atongiu, inevitavelmente, os meios de produção e as relações trabalhistas.

Segundo os movimentos predominantes de inclusão da mulher no mercado

de trabalho, a sociedade patriarcal, voltada durante décadas para a visão de que o trabalho fora de casa era uma função eminentemente masculina, supostamente afastou o gênero feminino do labor e principalmente, de funções que reconhecessem a mulher como figura de importância no meio trabalhista, fazendo com que diversas políticas públicas e privadas fossem desenvolvidas para inserção da mulher no mercado de trabalho. Contudo, embora os estudos de gênero tenham ocasionado grandes avanços em torno desta inserção, o silêncio acerca das relações de gênero e raça no Brasil evidenciaram um entrave que esbarra noutra situação enraizada de igual maneira no País: o racismo estrutural. Assim, o presente artigo buscará, a partir de uma análise histórica, reconhecer que as mulheres negras já se encontravam como força laboral desde os períodos da escravidão e pós-emancipação, ainda que marginalmente, nas relações de trabalho. O objetivo deste artigo é demonstrar que a busca pela igualdade de gênero nas relações trabalhistas se pauta em questões que ocultam a história e o reconhecimento de mulheres negras no movimento de inclusão de gênero no mercado de trabalho.

O primeiro capítulo traz o estudo dos movimentos feministas e a análise da evolução de pautas e reivindicações objetivando a compreensão do desenvolvimento da sociedade ao longo dos tempos. A crescente histórica do artigo entrará, no segundo capítulo, no entrecruzamento destas pautas e lutas com a questão racial. Irá então, percorrer o caminho que trará este estudo ao contexto do Mercado de trabalho no Brasil. Por meio do estudo de método observacional, através de dados valorativos, demonstrará os impactos dos modelos de inserção formal de mulheres no mercado de trabalho, em seu terceiro capítulo.

2 | OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E O DESENVOLVIMENTO DA INSERÇÃO DE MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO AS TEORIAS FEMINISTAS TRADICIONAIS

O estudo dos movimentos feministas e a análise da evolução de pautas e reivindicações se mostram de extrema relevância para a compreensão do desenvolvimento da sociedade ao longo dos tempos.

Isto porque, o feminismo deve ser entendido tanto como uma teoria quanto um movimento social, tendo em vista seus diversos papéis, sendo dois destes os de análise das relações entre gêneros e a luta pela equidade social.

Assim, Segundo Costa e Schmidt (2004, p. 10), “no bojo do projeto do feminismo (histórica e conjunturalmente forjado a partir das lutas sociais) está o entrelaçamento entre teoria e prática política”.

Neste sentido, as gerações do feminismo não podem ser compreendidas de

forma linear, tendo em vista que suas propostas são características de cada uma de suas fases históricas. Contudo, deve-se analisar de que forma o movimento feminista contemporâneo tem se desenvolvido a fim de dirimir as demais práticas discriminatórias como o racismo, classismo e exclusão de grupos minoritários.

Tal análise se deve ao fato de que o movimento feminista atual é reflexo das transformações do feminismo original, predominantemente intelectual, branco e de classe média (NARVAZ e COLER, 2006), sendo essencial que se discuta a reflexão que o movimento vem realizando a si mesmo ao longo dos tempos e a eficácia desta.

No que se refere ao trabalho feminino, a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho (SAFIOTTI, 2013). Assim, anteriormente à revolução industrial e agrícola a mulher exercia um papel ativo.

Pode-se perceber, portanto, que ainda que sua estabilidade social e econômica dependesse do casamento, a mulher nestas circunstâncias já tinha contato com o mundo negocial e laboral. Situação que passou a se modificar a partir da inauguração do modo de produção capitalista.

A partir do advento do capitalismo, a mulher passa a ser subvalorizada em duas dimensões, quais sejam no nível superestrutural e no nível estrutural, a medida que a mulher passou a ser marginalizada das funções produtivas em detrimento da suposta supremacia masculina (SAFFIOTI, 2013 p. 78).

Contudo, os níveis de evolução industrial tornam a mulher um meio de mão de obra barata, de modo que à mulher das camadas menos privilegiadas o trabalho se impõe como meio de subsistência.

O mesmo raciocínio se mantém ao considerar a elevação de mão de obra feminina empregada em indústrias durante épocas de guerras mundiais e a conseqüente queda nos períodos posteriores, quando há mais pessoas aptas a serem contratadas e menos vagas e a predileção pela contratação de homens se mostra evidente (SAFFIOTI, 2013 p. 82).

Vale evidenciar que ao passo em que o capitalismo utilizou-se da mão de obra feminina de forma impulsionada para o seu próprio desenvolvimento, estas passaram a ter mais acesso a informações, as quais passaram a participar de ações coletivas, sindicatos e greves, depondo um crescimento de reivindicações por espaço e direitos.

Assim, o trabalho culminado pelo capitalismo trouxe a tona a desigualdade enfrentada no âmbito privado, de modo que as mulheres passaram a integrar o movimento operário e também reivindicar pautas libertárias. A sociedade passou a ver o papel da mulher de forma contraditória, ora como frágil, ora como força laboral de mesma capacidade masculina (MENDEZ, 2016).

Apesar disso, paulatinamente os Estados se viram obrigados a reconhecer algumas das reivindicações. Neste sentido, na primeira metade do século XX, a maioria dos países aprovou o sufrágio universal, luta encabeçada pelas feministas desde o século XIX (MENDEZ, 2016).

Após tais concessões de direitos civis, as mulheres possuíam ainda demais entraves para a efetivação da igualdade, estas ainda permaneciam subjulgadas e em conflito com as posições sociais a ocupar. Simone de Beauvoir expressou tal questionamento em seu livro denominado *O segundo sexo*:

“Não se deve, entretanto, acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita libertação: hoje o trabalho não é a liberdade. Na hora atual (...) em sua maioria as mulheres que trabalham não se evadem do mundo feminino tradicional; não recebem da sociedade, nem do marido, a ajuda que lhes seria necessária para se tornarem concretamente iguais aos homens” (Beauvoir, 1980, p. 450).

Diante do exposto, contemporaneamente percebe-se que diversos foram os avanços na inserção da mulher no mercado de trabalho a partir de direitos civis conquistados. Entretanto é importante promover o questionamento das vozes levantadas tradicionalmente a fim de expressar tal evolução e os conflitos ainda enfrentados pelas mulheres a partir da interseccionalidade gênero e raça.

3 | O ENTRECRUZAMENTO ENTRE GÊNERO E RAÇA – A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

No decorrer da história dos movimentos feministas, as intelectuais negras tem sido aquelas que têm se dedicado com maior consistência à análise da interseccção entre gênero e raça (PEREIRA, 2016 p. 44).

Matilde Ribeiro (2008) identifica e critica nos movimentos feministas tido como tradicionais a centralidade de um sujeito genérico, motivo o qual a autora atribui o surgimento do movimento de mulheres negras de forma separada do movimento feminista.

A autora denuncia a invisibilidade das mulheres negras dentro dos movimentos. Isto porque, ainda segundo a teórica, a referência às mulheres é feita como se estas fossem um sujeito genérico, privilegiando mulheres brancas em detrimento das negras (RIBEIRO, 2008, p. 448).

Tal perspectiva demonstra sobretudo, a existência de diversas opressões tratadas em nossa sociedade ao evidenciar a problemática dentro do próprio movimento feminista.

Assim, faz-se necessário compreender de igual forma o legado da mulher negra no decorrer da história. Angela Davis (1944) aduz um gritante fator de opressão existente no legado escravocrata no que tange a vida de mulheres negras.

A autora demonstra que as aspirações domésticas de mulheres negras se diferenciavam das mulheres brancas ao passo que as primeiras eram frustradas pelas exigências do sistema escravocrata (DAVIS, 2016. p. 17).

Ou seja, enquanto os movimentos feministas tradicionais incluíram em suas pautas a busca libertária pela escolha do próprio trabalho e igualdade de gêneros, as mulheres negras sempre estiveram mais fora de casa que suas irmãs brancas, como explicitado pela autora.

“Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão.” (DAVIS, 2016 p. 17)

Desse modo, assim como demonstrado no capítulo anterior, dentro da necessidade do sistema vigente, as mulheres viriam a servir enquanto mão de obra aos interesses daqueles detentores de poder. Entretanto, as mulheres negras eram duplamente estereotipadas e utilizadas enquanto unidade de trabalho lucrativa.

“O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos de que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.(...) A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras e donas de casa, as mulheres negras eram praticamente anomalias. (DAVIS, 2016 p. 18)”

Além de toda a exploração da mão de obra escrava, as mulheres negras eram tidas também enquanto reprodutoras de mão de obra escrava, contrariando toda a exaltação ideológica da maternidade existente na sociedade branca do século XIX, demonstrando de forma evidente a diferenciação e o prejuízo em se tratar de forma genérica as mulheres dentro dos movimentos feministas.

No Brasil, o levantamento histórico de movimentos feministas não se mostra divergente do exposto até aqui. Lélia Gonzales (2000) demonstra as contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no Movimento Feminista Brasileiro:

(...)padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo.(p.57)

Tais contradições e a generalização da mulher dentro do movimento afetam todos os âmbitos sociais na vida de mulheres negras como saúde, educação, violência e mercado de trabalho. Neste último ressalta-se com maior evidência os

efeitos do racismo no país.

Isto porque o desenvolvimento pós-abolicionista no Brasil no que tange as mulheres negras foi caracterizado pela manutenção destas nos meios domésticos, situação que reflete as estatísticas atuais de trabalho de mulheres negras no país.

A manutenção do padrão escravista nas relações trabalhistas evidenciou-se nas supostas agências de empregos. Tais instituições funcionavam como aliciadores de ex-escravizadas, recebiam apenas a comida e alojamento como forma de pagamento. As mulheres negras foram as que mais sofreram, antes e após o período de abolição, pois os serviços domésticos mantiveram vivo o ideário do cativo (ARAÚJO, 2013).

Tal aspecto reflete o racismo e a dificuldade existente até os dias atuais, sendo que a interseccionalidade entre gênero e raça mostra-se como fator primordial para a reflexão e releitura da história da mulher negra no mercado de trabalho.

4 | DADOS ATUAIS

A realidade da mulher no mercado de trabalho sempre foi de disparidade quando comparada à dos homens (EUGÊNIO, 2018). Contudo, esta diferença se mostra mais acentuada quando o recorte é feito levando-se em conta o critério racial aliado ao de gênero.

As dificuldades deste segmento da sociedade encontram respaldo em avaliação de dados como diferença salarial. Até mesmo após avanços no acesso ao ensino superior, a subvalorização da mão-de-obra da mulher negra continua evidenciada.

Conforme Amauri Eugênio (2018):

De acordo com a pesquisa “O Desafio da Inclusão”, do instituto Locomotiva e divulgada em 2017, o salário de uma mulher negra com o ensino superior concluído é, em média, R\$ 2,9 mil. Para efeito de comparação dentro desse cenário, o de mulher branca é R\$ 3,8 mil; o de um homem negro, R\$ 4,8 mil; e o de um homem branco, R\$ 6,7 mil.

A mulher negra, assim como o restante do mercado de trabalho, encontra dificuldades na readequação aos postos de trabalho que não foram abertos na mesma proporção que a quantidade de novos candidatos com ensino superior completo (EUGÊNIO, 2018). Todavia, a aliança deste momento econômico brasileiro com a questão de gênero e racial traz a perpetuação desta diferença advinda de todo o contexto histórico vivido pela população negra, bem como a sociedade patriarcal a que sempre esteve inserida.

A questão levantada é de que os esforços para inserção da mulher no mercado de trabalho, por vezes focados em demandas como acesso ao ensino superior, não atingem sua plenitude quando o critério racial se alia ao de gênero.

Enquanto as mulheres negras preenchem apenas 1,6% das posições na gerência e 0,4% no quadro executivo das grandes empresas (OLIVEIRA, 2019), a parcela desta mesma camada social nos empregos de condições precárias é de 39,8%. Tais dados valorativos evidenciam a situação atual de que a mulher negra não se encontra fora do mercado de trabalho, mas inserida em segmentos de desabono e depreciação.

Segundo pesquisa do IBGE de 2006 (ONU, 2018), em relação ao trabalho das mulheres negras, 22,0% das inseridas no mercado de trabalho estavam empregadas no setor privado (com carteira assinada), 16,6% trabalhavam como empregada doméstica (sem carteira), 15,9% exercia atividade considerada autônoma, 14,2% empregadas no setor privado (sem carteira assinada), e 7,5% empregada pública/estatutária/militar.

Esta mesma pesquisa demonstrou que, no período de 1999 a 2006, houve o ingresso de 6,4 milhões de mulheres negra no mercado de trabalho. No entanto, quando avaliado em quais cargos e funções esta população se encontra inserida, a diferença quanto às mulheres brancas ainda é marcante.

Quando avaliada esta categoria, 33,0% estavam empregadas no setor privado (com carteira assinada), 13,5% empregadas sem carteira; 13,3% exerciam atividade considerada por conta própria, 9,9% empregada pública e 9,0% empregada doméstica (sem carteira) (ONU, 2018).

Nas palavras de Luciane Maria Trippia e Eduardo Milleo Baracat (2014):

Embora tenha havido um expressivo aumento no ingresso das mulheres negras no mercado de trabalho, houve restrições a alguns segmentos, em ambos os setores (serviços públicos e privados). Também foi verificada a ocorrência de diferenças em relação às ocupações (segregação horizontal), tendo sido mantida a presença das mulheres, em geral, nas atividades relacionadas ao serviço doméstico.

A situação de desigualdade também se evidencia quando avaliada a remuneração e a quantidade de horas trabalhadas por esta camada da sociedade. Conforme CTB (2017), “mulheres não negras ganham, em média, 59,5% do que ganham homens brancos, enquanto as mulheres negras ganham 65% dos homens do mesmo grupo racial e apenas 30% do rendimento médio de homens não negros.” A mesma Central aponta que em 2003, 47% das mulheres negras trabalhavam mais de 40 horas semanais, isso sem contar a dupla jornada que muitas estão submetidas pela sociedade patriarcal a que estão inseridas.

5 | CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou demonstrar os impactos dos modelos de inserção formal de mulheres no mercado de trabalho. Através de dados valorativos, restou

evidenciado que tais modelos não levaram em conta as relações entre gênero e raça no país, como passo primário para ultrapassar a barreira de desigualdade de gênero alcançando a equidade para todas as mulheres.

As diferenças entre a mulher negra e as demais camadas sociais inseridas no Mercado de trabalho continuam sobreexistindo, em menor grau quando comparadas às não negras, mas ainda assim presentes. Atestar este contexto ainda enraizado na sociedade brasileira é o início da mudança pretendida pela Constituição Federal em vigor no país.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ariella Silva. A mulher negra no pós abolição. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores**. 2013

BAIRROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzales: 1935 – 1994**. Afro-Asia, Salvador, n. 23, 2000.

BEAUVOIR. Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1 e 2.

BRASIL, Central dos Trabalhadores do. **A Mulher Negra E O Mercado De Trabalho**. 09 mar. 2017. Disponível em: < <https://ctb.org.br/sem-categoria/a-mulher-negra-e-o-mercado-de-trabalho/> > Acesso em: 26 ago. 2019.

CINTRAL, Soraia Veloso. EVA, Wiliany Soares. **A Inserção Da Mulher No Mercado De Trabalho: Uma Reflexão Sobre Raça E Gênero**. Uberlândia, MG, 2016. Disponível em: < <https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ca/ca0d78d1-2dad-49e2-8f5f-81e097144adc.pdf> > Acesso em: 18 ago. 2019.

COSTA, C. L e SCHMIDT, S.P. Feminismo como poética/política. **Poéticas e políticas feministas** (pp.9-18). Florianópolis: Mulheres.

DAVIS, Angela; tradução Heci Regina Candiani. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EUGÊNIO, Amauri. **Por Que Mulheres Negras São Pouco Valorizadas No Mercado De Trabalho?**. 31 jul. 2018. Disponível em: < <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/por-que-mulheres-negras-sao-pouco-valorizadas-no-mercado-de-trabalho> > Acesso em: 04 set. 2019.

MENDEZ, Natalia Pietra; **Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo**. São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Tory. **Mulheres Negras no Mercado de Trabalho**. 2019. Disponível em: < <http://aegea.com.br/respeitodaotom/opiniao/mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/> > Acesso em: 20 ago. 2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Fundo de População da ONU debate inclusão de mulheres negras no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro, RJ, 26 nov. 2018. Disponível

em: < <https://nacoesunidas.org/fundo-de-populacao-da-onu-debate-inclusao-de-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/> > Acesso em: 17 ago. 2019.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Tramas e Dramas: a violência doméstica contra mulheres negras**. 1 ed. Brasília: Brado Negro, 2016.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446-457, set/dez 2008.

SAFFIOTI, Heleith I.B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso 50

Acessibilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

C

Constituição da República 67, 78, 94, 96, 100, 103, 125, 128, 132, 142, 181, 199

D

Danos morais 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 179

Decisões 39, 45, 53, 56, 57, 60, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 87, 98, 111, 113, 114, 116, 119, 140, 141, 144, 152, 155, 160, 192, 202, 203, 207, 208, 210

Dignidade 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 53, 56, 60, 82, 85, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 101, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 172, 173, 176, 177, 179, 202, 206, 213

Direito Fundamental Material 64, 65, 68, 78

E

Empresariamento urbano 157, 159, 165, 167

G

Gênero 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 56, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 148, 171, 174, 214

I

Inclusão 2, 10, 11, 12, 16, 18, 68, 92, 93, 126, 138, 152, 160, 174

Infraconstitucional 73, 74, 80, 87, 89, 103, 210

J

Juizados Especiais Cíveis 50, 51, 52, 54, 55, 59, 61, 62

Justiça 7, 20, 34, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 76, 83, 90, 95, 97, 103, 118, 134, 137, 138, 139, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 154, 155, 156, 204, 210, 212, 214

L

LGBTI+ 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100

M

Meio Ambiente Equilibrado 37, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Mulheres Negras 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19

O

Obras Públicas 1, 2, 3, 4, 8, 162

P

Penosidade 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

Pessoa Humana 37, 38, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 82, 91, 92, 94, 96, 101, 103, 110, 133, 134, 135, 141, 176, 202, 206

Pluralismo Social 102, 104, 110, 111, 112, 113, 116, 119

Políticas de Equidade 10

Políticas Públicas 4, 10, 11, 12, 20, 21, 23, 25, 31, 34, 92, 93, 94, 99, 100, 101, 129, 133, 137, 141, 152, 156, 214

Presidente forte 181, 182, 184, 187, 189, 191, 198, 199

R

Resolução consensual 143, 148, 149, 150, 151, 152, 155

Ressocialização 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141

S

Subjetividade 20, 22, 23, 24, 31, 32, 34, 53, 68, 74, 78, 179

T

Trabalho decente 92, 93, 97, 98, 99, 100, 101

Trabalho formal 92, 99, 100

 **Atena**
Editora

2 0 2 0